

**XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica**

**28º**

Encontro de Iniciação Científica da UENF

**20º**

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

**16ª**

Jornada de Iniciação Científica da UFF



**U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação**

**23ª**

Mostra de Pós-Graduação da UENF

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação da UFF

## **A assistência social frente às violações de direitos de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes/RJ**

*Anayara Fernandes Rangel, Juliana Thimóteo Nazareno Mendes*

Na construção sociohistórica do Brasil há marcas profundas da desigualdade social (re)produzida no interior das relações sociais capitalistas. Com o avanço do capitalismo via industrialização no séc. XIX, a classe trabalhadora, aglomerada nas áreas urbanas, vivenciava a precarização da vida no advento das expressões da questão social. Nesse período, crianças e adolescentes mais pobres eram vistas como uma ameaça ao desenvolvimento do país, e juntamente com a noção de infância da época, eram tratadas como pequenos adultos em processo de transição, sem qualquer consideração à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Com a formação da concepção de infância e adolescência, surgem os direitos humanos infanto-juvenis nas legislações nacionais e tratados internacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) representa um marco importante para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sendo o Estado, a família e a sociedade responsáveis pela proteção integral destes. O poder público atua na promoção e defesa desses direitos, por meio das políticas sociais, entre as quais destacamos a Assistência Social, principalmente na prevenção e enfrentamento da violação de direitos de crianças e adolescentes em vulnerabilidade agravada pelo ciclo de pobreza. A Assistência Social brasileira, operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social, oferta programas e serviços de proteção social básica e especial. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar demandas relacionadas às violações de direitos do público supracitado, reconhecidas no âmbito da assistência social e suas formas de enfrentamento através dos serviços socioassistenciais tipificados e não tipificados no município. Para as análises, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa de revisão bibliográfica e pesquisa documental a partir de dados secundários coletados em documentos oficiais fornecidos pelo Setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Conclui-se que o avanço jurídico dos direitos humanos infanto-juvenis são insuficientes para garantir a proteção, sendo necessário ações articuladas entre o poder público, família e comunidade para a sua materialização. A subnotificação dos tipos de violações e ausência de sistematização de denúncias afetam a identificação das demandas locais e direcionamento dos serviços em busca da superação da violação dos direitos infanto-juvenis no município. Destaca-se que a prevenção da violação na infância e juventude pressupõe o enfrentamento da questão social, visto que, as mazelas sociais expõem as crianças e adolescentes mais pobres a situações de risco contínuo.

*Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Universidade Federal Fluminense (UFF)*

*Eixo temático: Ciências Sociais Aplicadas*

*Fomento da bolsa (quando aplicável): Programa Mais Ciência (PMCG)*

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



**XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica**

**28º**

Encontro de Iniciação Científica da UENF

**20º**

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

**16ª**

Jornada de Iniciação Científica da UFF



**UIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação**

**23ª**

Mostra de Pós-Graduação da UENF

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação da UFF

## Social assistance in the face of violations of the rights of children and adolescents in Campos dos Goytacazes/RJ

*Anayara Fernandes Rangel, Juliana Thimóteo Nazareno Mendes*

In the socio-historical construction of Brazil there are deep marks of social inequality (re)produced within capitalist social relations. With the advance of capitalism via industrialization in the 20th century. In the 19th century, the working class, clustered in urban areas, experienced the precariousness of life in the advent of expressions of social issues. During this period, poorer children and adolescents were seen as a threat to the country's development, and together with the notion of childhood at the time, they were treated as small adults in a transition process, without any consideration for the peculiar condition of a person in development. With the formatting of the conception of childhood and adolescence, children's human rights appear in national legislation and international treaties. The Child and Adolescent Statute (1990) represents an important milestone for the recognition of children and adolescents as subjects of rights, with the State, family and society being responsible for their full protection. The government works to promote and defend these rights, through social policies, among which we highlight Social Assistance, mainly in preventing and facing the violation of the rights of children and adolescents in vulnerability aggravated by the cycle of poverty. Brazilian Social Assistance, operated by the Unified Social Assistance System, offers basic and special social protection programs and services. This work aims to identify and analyze demands related to violations of the aforementioned public's rights, recognized within the scope of social assistance and their ways of coping through typified and non-typified social assistance services in the municipality. For the analyses, we opted for qualitative and quantitative research of bibliographic review and documentary research from secondary data collected in official documents provided by the Social Assistance Surveillance Sector of the Municipal Secretariat for Human and Social Development. It is concluded that the legal advancement of children's human rights is insufficient to guarantee protection, requiring articulated actions between the public power, family and community for its materialization. The underreporting of the types of violations and the lack of systematization of complaints affect the identification of local demands and the direction of services in search of overcoming the violation of children's rights in the municipality. It is noteworthy that the prevention of rape in childhood and youth presupposes facing the social issue, since social ills expose the poorest children and adolescents to situations of continuous risk.

Institution of the IC, IT or PG Program: UFF

Thematic axis: Applied Social Sciences

Scholarship support (when applicable): More Science Program (PMCG)

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

